



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 021/2015

Às dezoito horas do dia oito de junho do ano de dois mil e quinze reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, para a realização da décima nona sessão ordinária do período. Com a presença de todos os vereadores o presidente declarou aberta a sessão e deu início ao **EXPEDIENTE** onde constou apenas a leitura da ata da sessão do dia primeiro de junho, que foi aprovada sem ressalvas. Na **TRIBUNA** o Vereador **JORGE** falou sobre a Marcha para Jesus, Lei Municipal n.º 741/2014, lembrando que foi um projeto de lei de sua autoria aprovado por unanimidade na Câmara e sancionada pelo prefeito, que aconteceu no domingo dia sete de junho, sendo a primeira marcha realizada aqui na cidade reunindo um público de aproximadamente quatrocentas pessoas em um encontro na praça municipal com a presença de várias entidades religiosas, pois o evento será voltado para toda a população e ocorrerá todo ano sessenta dias após o domingo de páscoa. Disse que por ter sido o primeiro evento não foi muito bem divulgado mas a Marcha Para Jesus é um evento para as famílias e para o próximo ano esperam organizar um pouco melhor a divulgação do mesmo. Agradeceu o pessoal da Polícia Militar que acompanhou a marcha e também a todas as pessoas que estavam presentes no evento. O Vereador **LAURECI** comentou sobre a viagem que fez a à Brasília junto com o presidente da casa e o prefeito explicando que na Marcha dos Prefeitos à Brasília ninguém estava lá para botar pressão na Presidente mas lá estavam a maioria dos prefeitos do país num total de quase oito mil prefeitos e vereadores e a grande cobrança por parte dos presentes foi a questão de repasses do governo federal para os municípios visto a grande dificuldade que todos os prefeitos vem enfrentando para cumprirem com suas obrigações e com as leis pois hoje existem muitos programas do governo federal que os prefeitos são obrigados a cumprir como por exemplo o piso do magistério, o transporte escolar, entre outros e o governo acaba as vezes repassando a lei mas não repassa aos municípios o recurso necessário para que possam cumprir, sendo esse um dos objetivos da ida dos prefeitos até Brasília. Contou que no evento foi repassado sobre a questão da arrecadação de recursos onde a união fica com 58% (cinquenta e oito por cento) do que arrecada, repassa 24% (vinte e quatro por cento) para os estados e apenas 18% (dezoito por cento) para os municípios sendo essa a grande dificuldade que os prefeitos estão encontrando para administrar pois é nos municípios que estão a maioria dos problemas, onde o prefeito e os vereadores estão em contato com o povo e são cobrados, e a maioria do dinheiro fica em Brasília mas a briga foi para que sejam repassados mais recursos aos municípios e sempre que o governo federal repassar alguma incumbência aos prefeitos que indique também a fonte de onde virá o dinheiro para que possam administrar os municípios com um pouco mais de facilidade. Também falou da visita aos deputados onde visitaram os deputados Sandro Alex, Evandro Roman, Leopoldo Meyer, Valdir Rossoni e Dilceu Sperafico, este já tendo informado a indicação de emenda parlamentar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e tiveram a proposta dos deputados de que na medida do possível cada um estará repassando emendas mas não sabe ainda o que poderão repassar aos municípios porque tiveram



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

111

cortes em seus orçamentos de 52% (cinquenta e dois por cento). Ainda falou que no domingo anterior esteve no estádio municipal onde estavam o pessoal das escolinhas de futebol de Irati jogando com as escolinhas aqui do município e pode notar grande dificuldade das pessoas que não podiam usar os banheiros pois os mesmos não estão em condições de uso. Pediu o apoio do Vereador Sidnei relacionando com a emenda que deverá vir do Deputado Leopoldo Meyer, sugerindo usar esse recurso e resolver esse problema para que quando pessoas de fora vierem visitar o município levem uma impressão melhor do estádio e também da cidade. Após a fala do Vereador Laureci o Presidente endossou os comentários em relação à viagem à Brasília dizendo que procuraram participar bastante com as assessorias que estavam a disposição pois lá estavam presentes deputados, senadores e cinco ministros, e a União dos Vereadores usou novas formas de se mobilizar pois estão se organizando e fazendo o que é necessário para levar as reivindicações dos municípios aos órgãos federais, e que ficou satisfeito com a forma como a entidade esta agindo e disse esperar que isso de resultados concordando que a preocupação maior foi com relação aos repasses de recursos aos municípios. O Vereador **OSVALDIR** comentou os números apresentados durante a Audiência Pública de Avaliação de Metas na semana anterior dizendo que o choro é livre e que tem ouvido muita choradeira principalmente quando o prefeito vai à rádio às sextas feiras e é uma choradeira total com relação à falta de recursos e a culpa sempre cai no governo federal que dizendo que qualquer pessoa desavisada e que não tenha acesso aos números realmente fica compadecida com as falas pois ficam pensando que é uma dificuldade tocar o município sem dinheiro para a saúde ou para a educação, mas aí o próprio executivo apresenta em audiência pública os números do primeiro quadrimestre que dizem o contrário do que vem falando. Lembrou que o atual presidente da casa foi prefeito em 2013, trabalhou com vinte por cento a menos do que o atual prefeito e não lembra dessa choradeira na época. Comparou a receita do primeiro quadrimestre de 2014 de no valor de R\$ 7.929.000,00 (sete milhões, novecentos e vinte e nove mil reais) e em 2015 R\$ 7.958.000,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil reais), havendo quase um equilíbrio, mas admitiu que as despesas estão maiores do que as receitas. Lembrou que o estado aumentou no final do ano passado a alíquota de ICMS em noventa e cinco mil itens e como isso reflete no repasse aos municípios disse esperar que em relação ao ICMS aconteça o que esta acontecendo com o IPVA onde o estado fica com 50% (cinquenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) fica com o município de origem, o que já deu um reflexo grande no município, e que realmente essa cobrança dos impostos como o ICMS venha a cair nos cofres dos municípios também. Disse que o que mais preocupa é a não arrecadação das receitas tributárias que o município tem a obrigação de fazer e verificando os três principais impostos de responsabilidade do município como o IPTU, o ISS e o ITBI, podem ver que é um valor insignificante que esta entrando e que o município é 96% (noventa e seis por cento) dependente de transferências do governo federal e do governo do estado, mas no entanto o orçamento previsto é na ordem de vinte e seis milhões de reais, trinta milhões se incluído o Fundo de Previdência, e isso comparado com 2011, com um orçamento de doze milhões de reais, mais do que dobraram os recursos e por isso gostaria de



ouvir do prefeito propostas diferentes para aplicar melhor esses vinte e seis milhões de reais que existem disponíveis para o ano pois não tem cabimento culpar o governo federal por tudo o que não acontece pois conforme demonstra o relatório isso não corresponde aos fatos. Ainda comentou que participou nesse dia de uma reunião convocada por alguns pais para tratar de assuntos referentes à greve dos professores dizendo que ficou ouvindo todas as opiniões e manifestações dos pais, as suas preocupações com relação a situação, e se manifestou no final dizendo que a oportunidade da participação dos pais esta se abrindo em virtude desses acontecimentos mas que os problemas na educação no estado estão só começando porque a volta dos professores para a sala de aula não quer dizer que os problemas vão acabar pois terão muito mais problemas, e já que existe a pré disposição dos pais de participar do processo educacional tem algumas vias que estão abertas para que possam participar como a APMF da escola, o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar, que talvez agora, por tudo o que está acontecendo, estas organizações possam renascer com mais força já que os pais estão a fim de discutir e ficar mais a par do que esta acontecendo na escola de seus filhos. Encerrou dizendo que espera que essa situação da volta dos professores se resolva mas pela proposta que tem acha difícil que isso venha a acontecer, mas torce que as coisas aconteçam de uma maneira que todos possam sair vencedores dessa batalha pela educação. Na **ORDEM DO DIA** constou para votação em segundo turno o projeto de lei n.º 013/2105 – Plano Municipal de Educação. Sem receber comentários durante a discussão votação o projeto foi aprovado por unanimidade e passou a constar como **Lei n.º 780/2015** – Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação – PME. Em primeiro turno o Projeto n.º 02/2015 do executivo, regulamentação da atividade de Educador Residente no âmbito do município. Na discussão o proponente comentou que o projeto visa a regulamentação da situação das mães sociais e que o município tem a Casa Lar onde duas mães sociais que estão atuando como funcionárias da APMI, mas por orientação do Tribunal de Contas a associação esta deixando de prestar serviços como uma empresa terceirizada na área de saúde e também com as mães sociais e o município esta criando através desse projeto de lei o cargo de “Educador Residente” substituindo o termo “Mãe Social” e por esta lei serão contratados através de cargo comissionado, símbolo C3, com jornadas de trabalho de 24 (vinte e quatro) por 48 (quarenta e oito) horas, portanto sendo necessárias três educadoras, contratadas por livre nomeação do prefeito, devendo ser pessoas acima de vinte e cinco anos e que tenham preparo para trabalhar com crianças abrigadas que nessa data são no número de sete crianças. O Projeto de Lei de número 014/2015 também do executivo alterando o período de mandato do Conselho Municipal de Saúde de 02 (dois) para 04 (quatro) anos, não recebeu comentários. Do Vereador Gilnelson o Projeto n.º 04/2015 propôs declaração de utilidade pública para a “Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sul”. Em discussão o proponente falou que a Associação Adventista já vem atuando não só no Paraná mas em todo o Brasil a muitos anos e ao propor o projeto é para que nas situações em que a associação se habilitar para o recebimento de recursos a serem aplicados no município, tenha toda a documentação legal pois falta apenas o reconhecimento de utilidade pública municipal para



atendimento aqui no município. Do vereador Osvaldir Pereira o Projeto n.º 05/2015 propondo alterações nos artigos 94 ao 110 da Lei 450 de 2009. O proponente explicou que a Lei 450 de 2009 tinha algumas situações que estavam conflitantes com a legislação atual até com relação a nomenclatura da Mãe Social que não se usa mais, então precisava ser alterado um capítulo inteiro para adequar à legislação para o município poder dar suporte à contratação dos Educadores Permanentes, previsto no projeto de lei do executivo de n.º 02/2015, pois este capítulo trata exclusivamente da Casa Lar. Falou também que todos os vereadores já estão cientes das alterações que foram propostas nessa lei pois discutiram durante a reunião das Comissões Permanentes deste dia. Todas as matérias em primeiro turno de votação foram aprovadas por unanimidade. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** apenas acrescentou comentários a fala do Vereador Laureci em relação à conservação do estádio de futebol, onde além dos banheiros precisam também lixeiras para o público que frequenta, como também os vestiários para os atletas, e concordou que realmente é uma vergonha para o município receber visitas, a exemplo dos bancos que faltam no centro da cidade para pessoas que vem do interior ou de outros municípios e não tem um lugar nem para sentar enquanto estão na cidade. A Vereadora **RITA TABORDA** comentou também a assembléia dos professores que aconteceria na terça feira, dia nove de junho, onde alguns professores estariam participando e tentariam mais uma vez a negociação, e deixou claro que todos querem o bem da educação, falam de algumas coisas que por lei é direito dos professores mas veem muito a questão do bem estar dos alunos e uma qualidade boa na educação. Falou que a reunião dos pais nesse dia foi muito importante mas é importante também que cobrem do governo do estado pois e desse que deve ser cobrado tudo o que esta acontecendo no momento pois os professores visam o bem de todos na escola, então quem deve ser cobrado é o governo realmente, e espera que tenha um desfecho bom. Nada mais havendo a ser tratado o presidente declarou encerrada a sessão e convocou a próxima sessão ordinária para o dia quinze de junho no horário regimental, ficando lavrada a presente ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.